

Marx, Engels e Lénine: as guerras civis Americana, Francesa e Russa¹

Paulo Fernando Rocha Antunes²

Resumo: No presente artigo, com vista a assinalar a passagem dos 100 anos da Revolução Russa, procuramos, a partir da reflexão de Marx, Engels e Lénine, destacar a rutura e a transição na conceção marxista. Para o efeito, analisam-se três guerras civis – a Americana (1861-65), a Francesa (1871) e a Russa (1918-21) – que foram não apenas importantes nacionalmente, mas de enorme repercussão internacional. Interessa-nos reter os traços gerais da reflexão marxista acerca do processo histórico das sociedades humanas.
Palavras-chave: Ditadura do proletariado; história; luta de classes; revolução; transição.

Marx, Engels and Lenin: the American, French and Russian civil wars

Abstract: In this paper, on the occasion of the Russian Revolution's centenary, we seek, from the reflections of Marx, Engels and Lenin, to highlight the rupture and transition in the Marxist conception. For that, three civil wars were analyzed – the American (1861-1865), French (1871) and Russian (1918-1921), respectively –, which were not only important nationally, but also of enormous international repercussion. We are interested in retaining the general features of the Marxist reflection on the historical process of human societies.

Key words: Dictatorship of the proletariat; history; class struggle; revolution; transition.

Indem wir die allgemeinsten Phasen der Entwicklung des Proletariats zeichneten, verfolgten wir den mehr oder minder versteckten Bürgerkrieg innerhalb der bestehenden Gesellschaft bis zu dem Punkt, wo er in eine offene Revolution ausbricht und durch den gewaltsamen Sturz der Bourgeoisie das Proletariat seine Herrschaft begründe.

(Marx e Engels, 1848)

¹ Neste texto foi respeitada a escrita em português de Portugal. [NE]

² Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa.

§ 1. Breve introdução

No presente artigo, com vista a assinalar a passagem dos 100 anos da Revolução Russa (1917-2017), procuramos, a partir da reflexão de Karl Marx (1818-83), Friedrich Engels (1820-95) e Vladimir Lénine (1870-1924), destacar a rutura e a transição na conceção marxista, na conceção materialista da história.

Escolhemos três acontecimentos históricos que nos parecem fecundos para o efeito, desde o seu contexto às reflexões que os autores neles tiveram. A escolha recaiu em três guerras civis – a Americana (1861-5), a Francesa (1871) e a Russa (1918-21) –, entre outras coisas, tendo que ver com a importância nacional que cada uma delas adquiriu, mas, principalmente, pela dimensão internacional que cada uma destas três guerras assumiu.

Marx e Engels analisaram as duas primeiras, a Lénine coube analisar e ser um dos protagonistas da terceira. Nos escritos dos três autores evidenciou-se a necessidade de uma transição do capitalismo para o socialismo, dada a inevitabilidade de uma rutura no modo de produção (*Produktionsweise*) capitalista.

Em cada uma das guerras assinaladas, vamos destacar três pontos que, em nosso entendimento, merecem especial atenção, o que não quer dizer que não se interliguem ou que outros fatores não pudessem ser igualmente destacados. Mais precisamente, interessa-nos reter os traços gerais da reflexão marxista acerca do processo histórico das sociedades humanas.

Servimo-nos da Revolução Russa como pretexto, embora não seja nas suas repercussões – “comunismo de guerra”, “Nova Política Económica” (NEP), “socialismo real” etc. – em que nos vamos deter realmente; mas no processo histórico anterior, destacando, como anunciado, os acontecimentos históricos que marcaram várias rupturas até esta Revolução. Por tabela, esperamos enquadrá-la historicamente³.

§ 2. A Guerra Civil Americana, história e transição

A reflexão de Marx e Engels em torno da Guerra Civil Americana encontra-se dispersa entre os artigos que ambos publicaram nos jornais *New York Daily Tribune* e *Die Press* de Viena, entre outros jornais de menor

³ Devido à imensa literatura e riqueza factual e interpretativa acerca das três guerras civis assinaladas, a abordagem de cada uma delas terá de ser necessariamente incompleta, o esforço de síntese foi tomado em conta, espera-se, no entanto, sem desrespeito pelos factos históricos.

dimensão; mas também ao longo da correspondência trocada entre os dois e com outros companheiros. A Marx coube refletir globalmente sobre a guerra e a Engels, devido à sua erudição militar, coube considerar mais especificamente as táticas de guerra.

Os autores estavam fundamentalmente preocupados em denunciar as deturpações da imprensa dominante sobre as causas e acontecimentos da guerra. Por exemplo, a imprensa britânica apontava a Tarifa Morrill (*Morrill's Tarif*), que visava proteger o mercado dos estados do Norte em face dos estados do Sul, como a causa da guerra. Se a guerra se comprovasse como uma guerra tarifária (*Tarifkrieg*) – isto é, em defesa de um mercado livre ou protecionista –, em vez de uma guerra escravocrata, mais fácil se tornava ao Império Britânico apoiar os confederados estado-unidenses (cf. MARX, 1980a, p. 329)⁴. Por seu turno, Marx e Engels apontavam a escravatura como verdadeira causa da guerra.

A tarifa servia o interesse de uma intervenção britânica na guerra sem passar pelo embaraço, perante a sua opinião pública, da defesa de um sistema escravocrata. Os industriais britânicos do algodão assim o desejavam, visto que se encontravam dependentes da produção de algodão do Sul escravocrata dos Estados Unidos.

À medida que a guerra se foi desenvolvendo, a escravatura acabaria por se revelar como a sua causa, e de quase todos os acontecimentos que a rodeavam, com tamanha força que à época se tornou difícil negá-lo para a generalidade dos protagonistas. (Tal como é difícil atualmente, apesar de ainda haver quem o faça.)

Em 1860, justamente antes de deflagrar a guerra nos Estados Unidos, o movimento social desfavorável à escravatura era para Marx o acontecimento mais importante em todo o mundo. O autor alemão destacava o movimento social dos abolicionistas nos Estados Unidos, bem como o de revolta dos servos na Rússia tsarista. Marx estava convencido de que este movimento social repercutiria de maneira grandiosa (*grandios*) na Europa (cf. 1974 [1860], p. 6).

⁴ A Guerra Civil Americana ficou igualmente conhecida como Guerra de Secessão. Foi uma guerra que opôs os estados do Norte (conhecidos por União, federalistas e *Yankees*) aos estados do Sul (conhecidos por Confederação, secessionistas e sulistas). Os confederados exigiam a secessão dos estados do Sul da União e a União pretendia conservar a unidade dos Estados Unidos. As hostilidades belicistas começaram a 12 de abril de 1861, quando as tropas do Sul atacaram o Forte Sumter, que se encontrava sob a tutela do Norte, e terminaram oficialmente a 9 de maio de 1865, confirmando a vitória dos estados do Norte. Entre as várias causas apontadas para a origem da guerra, historicamente, parece que a escravatura terá ganho maior força, quer fosse por direta influência no rumo dos acontecimentos, quer por indireta. A verdade é que o acontecimento mais significativo do pós-guerra foi mesmo a abolição da escravatura, proclamada ainda antes do fim da guerra civil.

Tendo isto em conta, as reflexões de Marx e Engels, quanto ao nosso entendimento, destacam-se pela análise: 1) do conflito entre sistemas socioeconómicos; 2) da rutura que se “fez” necessária; e 3) da “revolução” em causa.

Comecemos pelo primeiro ponto assinalado.

O *conflito entre sistemas socioeconómicos* remeterá para o conflito direto entre os dois modos de produção existentes nos Estados Unidos e a maneira como tal conflito repercutiu na mentalidade da época.

Vejamos: a base económica (*ökonomischen Grundlage*) é, em sentido marxista, a base das relações sociais, não porque estas encontrem em si um estrito e exclusivo fundamento económico, mas porque estão ligadas ao que Marx e Engels entendiam como a produção da própria vida material (*Produktion des materiellen Lebens selbst*) humana. Se o ser humano precisa de habitação, alimentação, vestuário etc., para (sobre)viver, e de outros indivíduos para satisfazer essas necessidades, então, a maneira como o fazem constituirá a base de onde partem as suas diversas expressões de relacionamento (cf. MARX; ENGELS, 1978a [1845-6], p. 28).

Na conceção dos dois alemães, a base económica relaciona-se dialeticamente com as ideias e teorias que a partir daí o ser humano concebe (cf. MARX, 1961 [1859], pp. 8-9).

É isto a base económica, em vez de uma completa determinação social a partir de um “economicismo”, de uma arbitrária e exclusiva queda para o económico.

Neste sentido, a Guerra Civil Americana apresenta um conflito entre o “trabalho escravo” e o “trabalho livre”, entre duas maneiras de produzir o próprio viver humano (cf. MARX, 1980a [1861], p. 346). Na primeira, o produtor (escravo) é propriedade da classe exploradora (escravocrata); na segunda, o produtor (assalariado) não é propriedade da classe dominante (capitalista), mas apenas pode encontrar forma de subsistir ao trabalhar nos meios de produção que pertencem a outrem (trabalho formalmente livre, exploração de trabalho alheio).

À época, a escravatura, tal como se havia desenvolvido nos Estados Unidos, tinha encontrado na produção de algodão a sua última forma histórica de maior proveito. O que não se encontrava desligado de uma reciprocidade com o sistema capitalista (mais concernente ao mercado inglês).

Com vista a manter o seu modo de produção, o seu proveito, os seus níveis de rentabilidade, aos escravocratas não convinha aplicar recursos em melhor tecnologia, pois não convinha investir mais do que podiam obter em troca e ainda ser obrigados a formar os escravos que se desejava com mínima formação. Ao invés, deviam expandir os seus territórios produtivos, bem como a sua mão de obra escrava.

Terá sido esta necessidade de expansão, como uma das principais condicionantes, a conduzir o modo de produção sulista a um direto conflito com o modo de produção capitalista do Norte. Vejamos como Marx o denunciou num dos seus mais importantes artigos acerca desta guerra – *Der nordamerikanische Bürgerkrieg* (1861):

a contínua expansão do território e a contínua expansão da escravatura para além dos seus antigos limites é uma lei da vida [*ein Lebensgesetz*] para os estados escravocratas da União. O cultivo dos artigos de exportação do Sul, como o algodão, o tabaco, o açúcar etc., realizado por escravos, só é rentável desde que seja realizado com grandes grupos de escravos, em larga escala e em vastas extensões de um solo naturalmente fértil, o que requer apenas trabalho simples. O cultivo intensivo, que depende menos da fertilidade do solo do que do investimento de capital, inteligência e energia do trabalho, é contrário à essência da escravatura (1980b, pp. 335-6⁵).

Assim, o conflito anunciado como a secessão dos estados confederados tratava-se fundamentalmente, segundo Marx, de uma “guerra de conquista” (*Eroberungskrieg*) por parte dos escravocratas, não apenas por não terem sido sequer os estados do Norte a iniciar a guerra, mas por o modo de produção escravocrata ter atingido os seus limites territoriais e produtivos e, por isso, precisar se expandir, inclusive para os estados do Norte, com vista à sua própria sobrevivência. Não era por acaso que antes da guerra, nos estados da fronteira entre o Norte e o Sul, já se registavam casos de conflito, o caso mais mediático terá sido o do Kansas (*Bleeding Kansas*, 1854-61)⁶.

Aqui ganha luz a “lei económica que comanda a expansão constante do território da escravidão” (*das ökonomische Gesetz das die beständige Erweiterung des Territoriums der Sklaverei gebietet*). Marx e Engels esforçaram-se por demonstrar que uma “lei” deste tipo não se trata de uma idealização imposta à realidade, ao contrário, ao analisar-se a realidade, o seu desenvolvimento, sobressaem determinadas tendências que adquirem “força de lei”.

⁵ “(...) fortwährende Ausdehnung des Territoriums und fortwährende Verbreitung der Sklaverei über ihre alten Grenzen hinaus ist ein Lebensgesetz für die Sklavenstaaten der Union. Die durch Sklaven betriebene Kultur der südlichen Ausfuhrartikel, Baumwolle, Tabak, Zucker usw. ist nur ergiebig, solange sie mit großen Gängen von Sklaven, auf massenhafter Stufenleiter und auf weiten Flächen eines natürlich fruchtbaren Bodens, der nur einfache Arbeit erheischt, ausgeführt wird. Intensive Kultur, die weniger von der Fruchtbarkeit des Bodens als von Kapitalsanlagen, Intelligenz und Energie der Arbeit abhängt, widerspricht dem Wesen der Sklaverei”.

⁶ É importante reter que a Guerra Mexicano-Americana (1846-8) serviu os interesses expansionistas do Sul, ao fim da qual os Estados Unidos conquistaram novos territórios, como a Califórnia e o Novo México, por exemplo.

O modo de produção escravocrata moderno denunciava, assim, as suas próprias leis de desenvolvimento e como estas o conduziam ao ocaso: uma expansão ilimitada era impossível, o algodão não poderia tornar-se uma monocultura sustentável, nem o modo de produção capitalista poderia ceder ante o avanço da escravatura. Daí que Marx assinalasse, no artigo *The American question in England*, que “cada novo avanço do poder escravocrata era um passo adiante para a sua derrota final” (1984 [1861], pp. 9-10⁷).

Ora, o capitalismo do Norte se beneficiava do “trabalho livre” que em nenhum momento desejaria competir com o trabalho escravo, os trabalhadores não o consentiriam sem colocar o sistema em risco. Mas o capitalismo também se beneficiava de um assinalável desenvolvimento (mesmo que não favorecesse a totalidade dos indivíduos) diretamente ligado aos efeitos da Revolução Industrial.

O conflito entre modos de produção, considerando o desenvolvimento da base económica, assoma relevante, entre outras coisas, para se compreender de maneira mais completa as circunstâncias (socioeconómicas) que conduziram à guerra. Já que não se tratava de orgulho pessoal, de despeito territorial ou de uma qualquer perspectiva liberal ou menos liberal acerca do funcionamento do mercado, como considerado por alguns intervenientes.

Eis-nos no segundo ponto assinalado – *a rutura que se “fez” necessária*.

A base económica de uma sociedade enquadra-se num determinado processo histórico, e ao longo deste desenvolvem-se diversos modos de produção que se sucedem e/ou conflituam. As rupturas constituem os momentos-chave para a transição (mais enfática) de um modo para outro, e as tendências e contradições destes, elementos essenciais de todo o processo.

A tendência do modo de produção escravocrata moderno converge para a sua “lei económica”, isto é, processam-se determinadas tendências, no caso em questão, com vista a uma expansão territorial, o que terá adquirido “força de lei”.

A contradição do modo de produção escravocrata, de certa maneira causa da sua tendência fundamental, poderá ser resumida a partir do desabafo de um senador secessionista: “sem um grande aumento no território escravo, ou os escravos devem ser autorizados a fugir dos brancos, ou os brancos devem fugir dos escravos” (*apud* MARX, 1980b [1861], p. 336). Sem terra para cultivar, pouco havia que prendesse um indivíduo a esta e ao seu dono.

⁷“(…) every new advance of the slave power was a step forward to its ultimate defeat”.

Na esteira marxista, quando falamos em contradições dos modos de produção somos convidados a olhar para a composição de um modo em geral. Quer dizer, para as forças produtivas materiais (*materiellen Produktivkräfte*), as relações de produção (*Produktionsverhältnisse*) e a maneira como se interconectam.

As forças produtivas são compostas pelos meios de produção – meios de trabalho (instrumentos de trabalho e infraestruturas) e objeto de trabalho (quer seja manual ou intelectual) –, mais os produtores, os trabalhadores. As relações de produção, uma vez que é preciso aos indivíduos relacionar-se com outros para desenvolver as suas condições de vida, vão ter como expressão (jurídica) as relações de propriedade (*Eigentumsverhältnisse*), ou seja, vão ter em conta quem detém privadamente o fundamental da produção.

As contradições de um modo de produção agudizam-se na medida em que as forças produtivas vão deixando de ser condizentes com as relações de produção vigentes. Quer dizer, as contradições de um modo de produção agudizam-se quando as forças produtivas, quer seja pelo crescimento da produção ou pela nova relação que os produtores têm com esta, não são mais compatíveis com as relações de produção (de propriedade) até então dominantes (cf. MARX, 1961 [1859], pp. 8-9).

Este tipo de rutura trata-se, mais precisamente, de um “salto” qualitativo na sociedade humana. As mudanças quantitativas (*quantitative Veränderungen*) de diversas condições geram, mais tarde ou mais cedo, uma diferença qualitativa (*qualitative Unterschied*, por exemplo, cf. MARX, 1962 [1867], p. 327) que impele para uma superação da contradição entre as forças produtivas e as relações de produção, no sentido de que estas se “adequem” (entre outras coisas, também juridicamente) àquelas. De um novo modo de produção surgirão novas tendências e contradições e outras rupturas.

A título de exemplo, analisando sucintamente um modo em particular – o modo de produção feudal –, as suas relações de produção remetiam para uma propriedade assente na posse da terra e na herança (sangue azul) e no poder clerical. O servo trabalhava a terra do seu senhor. O comércio era fundamentalmente garantido por pequenos produtores (quase sempre individualmente) e com vista à subsistência imediata.

Com as contradições geradas pela produção agrícola, coleta de impostos, ou melhor, pela falta de uma e outra, as nações (reinos) tenderam para guerras de expansão territorial a coberto de motivos religiosos, a expansão marítima tornou-se razão de sobrevivência para algumas nações, uma vez que procuravam mais terras para a produção agrícola e mais servos para a sua produção e cobrança de impostos. Mas com isso desenvolveu-se o comércio mundial e a produção distanciou-se da posse de terra.

Assim, as forças produtivas passaram a corresponder a outras que não à milenar servidão feudal. A burguesia ascendia pouco a pouco a classe dominante. Daí as ruturas – as diversas guerras e revoluções de caráter burguês – que a confirmaram como nova classe dominante.

Voltando ao tipo de rutura que se “fez” necessária na escravatura moderna estado-unidense, por via da agudização das suas tendências e contradições, este confirmava o seu desfasamento entre as forças produtivas e as relações de produção vigentes. Confirmava-o na medida em que as forças produtivas, no que concerne às suas infraestruturas – exaustão territorial, com conseqüente impossibilidade de sustentar os produtores (escravos) e continuar a produção –, deixavam de se compatibilizar com as relações de propriedade de seres humanos por seres humanos. Sem expansão, os escravocratas dificilmente assegurariam as condições necessárias para manter os escravos sob o seu domínio.

Por outro lado, as contradições da escravatura moderna, às quais os escravocratas procuravam evadir-se, por via da conquista de novos territórios, encaminharam-nos, como exposto, contra outro modo de produção que lhe era superior (mesmo que conjunturalmente ligados).

Quanto ao terceiro ponto – a “*revolução em causa*” –, este se liga aos outros dois, tal como estes já se haviam ligado um ao outro.

Para os dois autores alemães, a Guerra Civil Americana concluía a revolução burguesa americana iniciada com a Guerra da Independência dos Estados Unidos (1775-83), também conhecida como Guerra Revolucionária Americana. À primeira vista esta não terá passado de um conflito pela emancipação de uma colónia em face do seu Império (Britânico), ou de uma guerra provocada por uma “injusta” taxaço do império sobre a colónia. Não obstante, de facto, libertou a burguesia do “Novo Mundo” dos constrangimentos que a ligavam a um colonizador em transição do feudalismo para o capitalismo.

Nem tudo se tratou, porém, de “emancipação” da burguesia local. Da mesma maneira que os estado-unidenses – com George Washington (1732-99) à cabeça – proclamavam a independência e a liberdade e a igualdade de todos os indivíduos, mantiveram a escravatura moderna como condicionante jurídica e social, bem como uma das condições fundamentais da produção. O próprio Washington, primeiro presidente dos Estados Unidos, foi senhor de escravos até ao último dia da sua vida.

Como visto, no Norte dos Estados Unidos, a burguesia desenvolvia o modo de produção capitalista, quando no Sul se formava uma nova “aristocracia”, uma aristocracia escravocrata. À época da guerra, esta aristocracia era composta por uma oligarquia de cerca de 300 mil escravocratas e, para além de influenciarem decisivamente os oito milhões de habitantes dos estados do Sul, também detinham uma imensa influência

na política global dos Estados Unidos. No Norte, viviam cerca de 20 milhões de habitantes, de certa maneira constrangidos pelos interesses sulistas.

Com a vitória da União, o capitalismo rompia com as limitações do passado; agora, encontrava novos mercados, nova mão de obra e novos territórios para “plantar” as suas indústrias, e em proporção cresceria o proletariado. A derrota do Sul acabaria por completar a revolução burguesa estado-unidense, ou, melhor dizendo, a vitória do Norte, e abrir novas possibilidades (verdadeiramente) revolucionárias, do “trabalho *vs* capital”.

Creemos que os três pontos assinalados, como destaque da reflexão de Marx e Engels em torno da Guerra Civil Americana (ainda que os autores não tenham sistematizado as suas reflexões desta maneira), podem ser reconduzidos a um contributo fundamental da reflexão de ambos. Trata-se, mais precisamente, do carácter histórico e transitório (*caractère historique et transitoire*, cf. MARX, 1977 [1846], p. 452) de um modo de produção. Isto é, de que uma certa maneira de produzir as condições de vida humana se encontra delimitada nas suas próprias tendências e contradições, por sua vez desenvolvidas num determinado tempo histórico, e que a dada altura se extingue ou começa a extinguir, dando lugar, transitoriamente, a novos modos de (re)produzir a vida humana.

Nada, neste sentido, é perene, nem se verificará o “fim da história”. Enquanto o ser humano existir terá de produzir as suas condições de vida e esta produção é sempre historicamente circunscrita. Em nosso entendimento, parece que a Guerra Civil Americana ilustrou-o, delimitando exemplarmente uma rutura com um determinado modo de produção.

§ 3. A Guerra Civil Francesa, luta de classes e ditadura do proletariado

A Guerra Civil Francesa deflagra após a Guerra Franco-Prussiana (1870-1), que opôs a França de Luís Bonaparte (1808-73) à Alemanha de Otto von Bismarck (1815-98), que terminou com a proclamação da unificação do estado alemão em Paris a 18 de janeiro de 1871. Não é a guerra entre os franceses e os alemães que importa reter aqui, mas, para já, a fuga de Paris por parte das forças dominantes francesas (aristocracia e alta burguesia) rumo a Versalhes após a vitória alemã, bem como o elevado número de prisioneiros de guerra à guarda dos alemães.

Após a fuga dos governantes e seus apaniguados, Paris ficou nas mãos do povo e dos trabalhadores e coube a estes protegê-la e reerguê-la. A 18 de março de 1871, a partir de uma insurreição popular, inaugurava-se o que veio a ficar celebrizado como Comuna de Paris (*Commune de Paris*), que teria o seu trágico fim a 28 de maio de 1871. Durante este período, ao qual corresponde a Guerra Civil Francesa, os trabalhadores desenvolvem

aquele que será o primeiro governo de sempre da sua classe, conseguindo imensos avanços num curto espaço de tempo⁸.

No meio de uma completa transformação da sociedade, os trabalhadores ainda tiveram de lidar com a guerra civil⁹. Os versalheses, como ficariam conhecidos os parisienses que se tinham posto em fuga, não tencionavam deixar Paris em mãos revolucionárias. Bismarck fez o “favor” a Louis Adolphe Thiers (1797-1877), que chefiava a reação versalhesa, de soltar os prisioneiros franceses de Sedan para que estes reforçassem as fileiras das tropas que viriam a esmagar, de forma sangrenta, os *communards*.

Durante a vida de Marx e Engels, a Comuna terá sido seguramente a mais relevante das experiências políticas e revolucionárias depois das revoluções europeias de 1848 (a “Primavera dos Povos”). Os dois autores dedicaram parte dos seus escritos, da época e posteriores, a refletir em torno da ação política do proletariado com base nesta experiência da classe trabalhadora. *The civil war in France*, redigido por Marx ainda em 1871 como relatório à Associação Internacional dos Trabalhadores (AIT ou I Internacional), terá sido o principal deles¹⁰.

No âmbito da Comuna de Paris, a reflexão dos dois revolucionários, quanto ao nosso entendimento, destaca-se pela análise ou reanálise: 1)

⁸ Por exemplo: o trabalho noturno foi abolido; as oficinas que estavam fechadas foram reabertas para que cooperativas fossem instaladas; as residências vazias foram desapropriadas e ocupadas; a jornada de trabalho foi reduzida e chegou-se a propor a jornada de oito horas; os sindicatos foram legalizados; a igualdade entre os sexos foi instituída; a autogestão das fábricas foi projetada, mas não foi possível implementá-la; o “monopólio” da lei pelos advogados, o juramento judicial e os honorários foram abolidos; os testamentos, as adoções e a contratação de advogados tornaram-se gratuitos; o cargo de juiz tornou-se eletivo; o estado e a Igreja foram separados (a Igreja deixou de ser subvencionada pelo estado e os espólios sem herdeiro passaram a ser confiscados por este); a educação tornou-se gratuita e laica; o internacionalismo foi posto em prática: o facto de se ser estrangeiro tornou-se irrelevante; os artistas passaram a gerir os teatros e as editoras; o salário dos professores foi duplicado; a pena de morte foi abolida etc.

⁹ Agora no seu modo bélico, uma vez que a guerra civil, no sentido da luta de classes, já se desenvolvia com especial agudeza em França. Marx exemplificava-o dando conta da evolução do estado francês até Luís Bonaparte: “em face da ameaça de levantamento do proletariado, eles [na república parlamentar] serviam-se agora do poder de estado, impiedosa e ostentadamente, como *máquina de guerra nacional (national war-engine) do capital contra o trabalho*” - “(...) in view of the threatening upheaval of the proletariat, they now used that State power mercilessly and ostentatiously as the national war-engine of capital against labour” (MARX, 1980c [1871], p. 70, *grifos nossos*).

¹⁰ Ainda decorria a guerra nos Estados Unidos e os trabalhadores lançavam a AIT em 1864. Era chegado o tempo de se unirem como classe e de se organizarem no nível internacional. A Associação pretendia ter um papel-chave no que se refere a informar os trabalhadores do mundo do que se passava nas outras nações, mas também ao procurar coordenar a ação prática revolucionária destes. Quando a Comuna de Paris foi esmagada, foi aberta a caça aos seus membros, mas também aos membros da AIT (alguns coincidiam). Não terão sido apenas as acesas discussões internas da Associação – que opunham diferentes perspetivas socialistas – a estar na causa da sua transferência para os Estados Unidos, onde se extinguiu em 1876.

tendo em consideração o item anterior, de uma transição histórica; 2) da inauguração de um novo período na história da humanidade; e 3) de algumas das mais importantes teses da concepção materialista da história (*materialistische Geschichtsauffassung*) em face dos acontecimentos.

Começemos pelo primeiro ponto – *transição histórica*.

Como chamámos a atenção, deve-se ter em particular consideração o que no item anterior se deu conta. Da mesma maneira que a escravidão moderna, pelo menos da maneira como se havia desenvolvido nos Estados Unidos, ter-se-ia extinguido, também o capitalismo tendia ao agudizar das suas tendências e contradições e a aproximar-se da sua própria extinção.

O desenvolvimento das contradições dos modos de produção parece conduzir a uma expansão das forças produtivas, além-fronteiras, com vista à sobrevivência de determinado modo (uns expandem-se em busca de aumentar o território da servidão, outros da escravidão e outros do mercado). Tenha-se em conta que o processo histórico não é linear, mas feito de avanços e recuos e de diversas recuperações conjunturais.

A propósito, não se julgue que o desenvolvimento histórico das forças produtivas e das relações de produção acontece sem ser influenciado pela ideologia, pois se é certo, na esteira marxista, que esta está ligada àquele, também é certo que o fator ideológico influencia o restante desenvolvimento histórico.

Ainda de acordo com Marx e Engels, não obstante, as tendências e contradições do capitalismo apontariam no sentido de uma expansão na mesma proporção da sua decrepitude. Veja-se a questão da “lei fundamental” do capitalismo: a “queda tendencial da taxa de lucro” (*Gesetz des tendenziellen Falls der Profitrate*, cf. MARX, 1964 [1867], pp. 221-77).

Atente-se, primeira e sucintamente, à questão do desenvolvimento primitivo do capitalismo¹¹. Quer dizer, à história da expropriação dos pequenos produtores que viviam em consonância com o modo de produção feudal.

Entre a burguesia, surgiram os comerciantes que conseguiram acumular dinheiro, principalmente por via da expropriação de outros pequeno-burgueses. Mas foi somente quando transformaram qualitativamente essa quantidade de dinheiro em capital que se puderam transformar em capitalistas, isto é, quando puderam utilizá-la em trabalho assalariado e deste extrair uma mais-valia (*Mehrwert*, cf. MARX, 1962

¹¹ Sem esquecer que se trata de uma análise com base na Europa Ocidental, com a Inglaterra como exemplo clássico, sem intenções de apresentar as restantes nações como condenadas aos mesmos efeitos, exceto se tivessem entrado dentro das “leis” da produção capitalista. E, mesmo neste caso, não era evidente que tudo se desenvolvesse de igual maneira.

[1867], *passim*)¹². A servidão passava aos poucos para um novo tipo de relação laboral – trabalho assalariado.

Grosso modo, os capitalistas têm de acumular capital com vista a investir e a manter os seus padrões de vida. Para isso, têm de aumentar a sua produção (a composição orgânica do capital, o capital investido) em detrimento da parte variável do capital (que diz respeito aos trabalhadores), logo, a uma potencial perda de mais-valia. O que parece que se ergue para fazer face à concorrência na verdade conduz tendencialmente às chamadas crises de sobreprodução (*Überproduktion*) – não apenas porque há demasiados bens produzidos (pois é dos braços dos trabalhadores a produzir que a mais-valia é extraída) e ninguém ou cada vez menos indivíduos para os consumir, mas, mais precisamente, porque há sobreprodução de capital (nas mãos de um menor número de indivíduos).

Neste processo, aumenta o número de proletários, por via do número dos expropriados que vão sucumbindo devido às crises e à concorrência. Em proporção semelhante, os preços baixam, mas também baixam os salários, o que, em geral, origina ainda menor poder de compra.

É por uma tendência acumuladora de capital, e das subsequentes crises de sobreprodução, que se impõe a queda tendencial da taxa de lucro. A produção estagna, não se produz, não se compra nem se vende. Os trabalhadores caem no desemprego e os capitalistas desesperam por novos lucros, uma vez que esta situação significa a sangria do que haviam acumulado.

Daqui se parte para uma nova expansão, desta vez não essencialmente territorial, mas em busca de nova mão de obra, novos e mais recursos naturais, novos mercados etc. Porém, este processo não se consegue eximir às crises cíclicas de sobreprodução, porquanto a expansão tem os seus limites humanos e naturais¹³.

É a partir do próprio desenvolvimento do capitalismo que Marx e Engels consideraram o comunismo o “movimento real” (*Wirkliche Bewegung*) que supera o atual estado de coisas (cf. MARX; ENGELS, 1978a [1845-6], p. 35), em vez de um anseio arbitrário ou utópico. Se do lado das relações de produção capitalistas se encontra o resultado da tendência histórica da acumulação capitalista (*Geschichtliche Tendenz der kapitalistischen Akkumulation*), a monopolização dos mercados e a consequente diminuição do número de capitalistas (a suprema

¹² Com vista a manter o esforço de concisão, descrevemos a mais-valia como o “produto suplementar” que é criado pelo trabalhador (assalariado) durante o seu período de trabalho, cobrindo um tempo de trabalho em que o capitalista nada gastou, apenas ganhou. A mais-valia caracteriza fundamentalmente o capitalismo.

¹³ Chamamos a atenção para o facto de que não faz parte dos atuais objetivos analisar com mais profundidade o próprio capitalismo, as suas diversas formas – industrial, financeira, especulativa – e como estas se conjugam.

expropriação), do lado das forças produtivas encontra-se o aumento da massa de trabalhadores e um maior desenvolvimento dos meios de produção com vista a uma maior produção de bens (a socialização da produção).

Na contradição fundamental do capitalismo – “trabalho *vs* capital” – , com base na propriedade dos meios de produção, encontrar-se-á, justamente, a possibilidade de desenvolvimento do socialismo: as forças produtivas irão forçar (romper, ruturar), mais tarde ou mais cedo, a uma nova “adequação” das relações de produção. Os produtores chamarão a si a propriedade do que produzem. A transição de uma economia de mercado para uma economia planificada muda quase tudo: o mercado começa a ser regulado pelo poder político do proletariado.

Nada disto quer dizer que numa fase de transição já não funcionem alguns princípios ordenadores da sociedade burguesa: demorará até que se extingam; o que acontece é que esses princípios já não constituem mais os fatores determinantes da sociedade (cf. MARX, 1987 [1875], pp. 20-1)¹⁴. Daí que o “horizonte estreito do direito burguês” somente possa ser ultrapassado numa fase superior da sociedade, após a última fase de transição.

Tudo isto remete para uma “gravidez” de socialismo por parte do capitalismo e, por sinal, para a responsabilidade dos revolucionários em diminuir as suas dores de parto (cf. MARX, 1980c [1871], p. 60). Era este o papel dos *communards*¹⁵.

A propósito do segundo ponto – *inauguração de um novo período na história da humanidade* –, relembremos que Marx, ainda antes da Guerra Civil Americana, assinalava o movimento social desfavorável à escravatura como um dos acontecimentos mais importantes naquela época, tanto o que se desenvolvia nos Estados Unidos como na Rússia, no que diz respeito aos escravos de um e aos servos do outro.

O que realmente está aqui em causa é o curto espaço de tempo que se registou entre a libertação dos escravos nos Estados Unidos e dos servos na Rússia e as suas “grandiosas consequências” no trabalho em todo o mundo, na Europa e nos Estados Unidos principalmente, com a crescente influência teórica e prática da AIT e, particularmente em França, com a Comuna¹⁶.

¹⁴ Atente-se ao exemplo do próprio modo de produção capitalista e a sua capacidade de “coabitação” com (e “aproveitamento” de) modos ultrapassados, como o foram algumas expressões feudais e escravocratas.

¹⁵ No entanto, Marx admitia a falta de preparação socialista dos revolucionários parisienses; a vontade estava lá, mas a noção do projeto de fundo e do real rumo dos acontecimentos escasseava mais do que era esperado (cf. MARX, 1967 [1881], p. 160).

¹⁶ No caso particular dos Estados Unidos, lembremos um acontecimento mais tardio como as massivas greves de Chicago em 1886, fortemente reprimidas, e que são homenageadas todos os anos no dia do trabalhador. Não esqueçamos também de que a abolição formal da

A Comuna inaugurava definitivamente um novo tipo de governo: “era essencialmente um governo da classe operária, o produto da luta da classe produtora contra a classe apropriadora, a forma política enfim descoberta para se realizar a emancipação económica do trabalho” (MARX, 1980c [1871], p. 75¹⁷). Como confirmava Engels, a Comuna servia de exemplo para o que se entendia por ditadura do proletariado, aquilo que competia aos trabalhadores colocar no lugar do velho e quebrado estado burguês (cf. ENGELS, 1972 [1891], p. 199).

A ditadura do proletariado, poder político da classe trabalhadora, encontrava, deste modo, na experiência revolucionária de Paris o seu primeiro exemplo histórico. Impunha-se acabar com todos os instrumentos da burguesia com vista à repressão dos trabalhadores, a burocracia, o exército, entre outros. A estes cabia assumir um lugar de destaque político e definir o rumo da economia (embora não apenas).

Se no passado outras experiências, como a que teve como figura histórica mais destacada Oliver Cromwell (1599-1658), a propósito de outra guerra civil – mais precisamente, as três Guerras Civis Inglesas (1642-51) –, terão inaugurado a revolução e a ascensão da classe burguesa ao poder, agora a Comuna vinha inaugurar, assim parecia, a ascensão da classe trabalhadora.

É este “período político de transição” que coube à Comuna. A revolução marca a rutura (como uma primeira fase da transição, sem despeito por outros fatores “transitórios” que já se encontravam na sociedade) e a ditadura do proletariado confirma a transição (uma espécie de segunda fase).

Quanto ao terceiro ponto – *a reanálise de algumas das mais importantes teses da conceção materialista da história em face dos acontecimentos* –, avançamos que a experiência revolucionária da Comuna de Paris terá servido, *inter alia*, como exemplo do acerto destas, apesar do seu trágico fim. As teses de Marx e Engels que se destacaram no Congresso da AIT em Haia a 1872 foram: a teoria da luta de classes, a revolução proletária, a doutrina do estado e a ditadura do proletariado. Antes de mais, recorde-se que estas teses não terão saído por acaso da cabeça dos seus autores, pois terão sido forjadas a partir da luta dos trabalhadores daquele tempo.

servidão na Rússia ocorreu em 1861 e que, posteriormente, nasceram movimentos de efetiva emancipação dos ex-servos, como o dos *Narodniki* ou “populistas” russos por volta de 1870, com os quais Marx e Engels se corresponderam e dos quais viram crescer uma atitude revolucionária, apesar das suas limitações.

¹⁷ “It was essentially a working-class government, the produce of the struggle of the producing against the appropriating class, the political form at last discovered under which to work out the economical emancipation of Labour.”

No que concerne à teoria da luta de classes, Marx somente considerava ter inovado quanto à demonstração de que a existência de classes se encontrava ligada a “determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção” (*bestimmte historische Entwicklungsphasen der Produktion*), e não quanto à existência das próprias classes, pois sobre isso autores anteriores (de pendor burguês) já se haviam debruçado (cf. MARX, 1963 [1852], pp. 507-8).

Na verdade, o que estaria em causa era o tipo de produção com a qual o ser humano produzia as suas condições de vida e como esta base económica refletia determinado tipo de classes. É o que Marx e Engels pretendem destacar, no *Manifest der Kommunistischen Partei* (1848), ao chamar a atenção para o facto de que toda a história até então, mais precisamente a história escrita, era a história da luta de classes (“Die Geschichte aller *bisherigen* Gesellschaft ist die Geschichte von Klassenkämpfen”, cf. MARX; ENGELS, 1978b, p. 462, *grifo nosso*). Em toda a história da luta de classes, não considerando o tipo de classes particulares a cada modo de produção, estão presentes os detentores da produção, expropriadores, e os produtores, expropriados.

No que concerne ao reflexo ideológico desta luta, a Guerra Civil Francesa terá confirmado a consciência que a própria burguesia teria adquirido como classe dominante: veja-se a maneira como Bismarck facilitou a vitória aos versalheses poucos meses depois de os ter derrotado. Mas a guerra civil em França também demonstrou a empatia que os trabalhadores noutros locais sentiam pelos seus companheiros de Paris, isto é, confirmava os seus laços e a consciência da classe trabalhadora.

No que se refere a uma revolução, esta ocupa na história o lugar privilegiado de uma rutura social. Acontece quando nas relações sociais se agudizam as contradições existentes (o que se apresenta diretamente ligado a questões já abordadas, como a interconexão entre as forças produtivas e as relações de produção). A revolução condensa de forma violenta (em diferentes graus) os acontecimentos que fazem a sociedade seguir um rumo de transformação em face do que vigora. Se existem diferentes classes, interesses antagónicos, mais cedo ou mais tarde defrontar-se-ão abertamente.

No caso particular de uma revolução proletária, o que está em causa é a rutura em face de um modo de produção explorador e a consequente tomada de poder por parte do proletariado. Mas nada disto se desenvolve sem a atividade dos trabalhadores; encontra-se nas suas mãos uma parte do

ônus, procurar em conjunto agudizar as condições que favoreçam a revolução¹⁸.

Quanto à doutrina do estado, se Marx e Engels, em 1848, no *Manifest*, apelavam à conquista do poder pela classe trabalhadora (cf. MARX; ENGELS, 1978b, p. 481); em 1852, na obra *Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte*, apontavam, a propósito das lições retiradas desses acontecimentos, não apenas a conquista do poder do estado pelos trabalhadores, mas também a importância de se “quebrar” (*zerbrechen, zu brechen*) o poder do estado (cf. MARX, 1960, pp. 196-7).

O objetivo dos trabalhadores, contudo, não poderia passar apenas por colocar ao seu serviço a máquina do estado, tal como se encontrava nas mãos da burguesia, nem apenas por quebrá-la; ora, o objetivo dos trabalhadores teria de passar pela transformação desta máquina em algo que já não fosse realmente um poder de estado.

Quer dizer, o objetivo passaria pela superação do estado burguês, o que durante muitos anos pode ter ficado como uma intenção dificilmente comprovável (a questão de ser ou não uma mera apropriação do mesmo por outra classe). Agora, com a experiência da Comuna de Paris, a concretização do objetivo encontrava o seu conteúdo prático. Daí Marx ter destacado a destruição das duas maiores fontes de gastos do estado – o exército permanente e o funcionalismo estatal – pela Comuna (cf. MARX, 1980c [1871], p. 74), o que servia de prova para a transformação social do estado em causa. A Comuna *quebrava*, mas também *superava* realmente.

Marx não só trouxera como nova a questão da existência das classes ligada a determinadas fases de desenvolvimento histórico da produção (isto é, de que a luta de classes, bem como as suas expressões particulares, não dura para sempre), mas a questão de a ditadura do proletariado constituir uma fase necessária para a superação das próprias classes, em rigor, uma fase de transição do capitalismo para o socialismo.

O alemão assinalava, uns anos depois da Comuna, na *Kritik des Gothaer Programms* (1875), que, entre a sociedade capitalista e a comunista, situava-se o período da transformação revolucionária de uma na outra. A este período corresponderia igualmente um período político de transição (*politische Übergangsperiode*), cujo estado não poderia ser senão a ditadura revolucionária do proletariado (*revolutionäre Diktatur des Proletariats*, cf. MARX, 1987, p. 28). Uns passos atrás, Marx enunciava:

¹⁸ Esta questão é da maior importância – a ação prática revolucionária, a ação dos indivíduos –, uma vez que não se trata de uma “força supra-humana” ou de um “motor invisível” a guiar as suas ações. A interconexão entre as forças produtivas e as relações de produção reflete precisamente a maneira como os indivíduos interagem. Tenha-se em consideração que se encontra excluída qualquer espécie de “voluntarismo”.

Numa fase superior da sociedade comunista, depois de ter desaparecido a servil subordinação dos indivíduos à divisão do trabalho e, com esta, também a oposição entre trabalho espiritual e corporal; depois de o trabalho se ter tornado, não só meio de vida, mas, ele próprio, a primeira necessidade vital; depois de, com o desenvolvimento integral dos indivíduos, as suas forças produtivas terem também crescido e todas as fontes manantes da riqueza cooperativa fluírem com abundância – só então o horizonte estreito do direito burguês [*enge bürgerliche Rechtshorizont*] poderá ser totalmente ultrapassado e a sociedade poderá inscrever na sua bandeira: *De cada um segundo as suas capacidades, a cada um segundo as suas necessidades!* (1987 [1875], p. 21, *grifos nossos*¹⁹).

Uma vez concretizada a fase de transição, a ditadura do proletariado, deixariam de existir classes como expressão (também jurídica) das relações de produção, isto é, como proprietários, detentores dos meios necessários à produção do viver humano.

A Guerra Civil Francesa, a Comuna em particular, confirmava o caráter histórico e transitório do capitalismo e colocava “em cima da mesa” da revolução um exemplo para o que havia sido concebido, anteriormente, como ditadura do proletariado – fase de transição do capitalismo para o socialismo –, a partir da ação prática revolucionária. Ainda não era o tempo de “de cada um segundo as suas capacidades e a cada um segundo as suas necessidades”, mas para lá se entendia caminhar.

§ 4. A Guerra Civil Russa, revolução e “transição real”

Marx e Engels não chegariam à Guerra Civil Russa, porém, as suas teses teriam nesta um papel da maior relevância. Lembremo-nos novamente como Marx já falava, a meio do século XIX, da importância internacional do movimento e da revolta dos servos na Rússia. O seu impacto à escala internacional não seria muito diferente da libertação dos escravos. Sinais de um mercado global, da expansão do capitalismo.

A guerra civil na Rússia, que opôs o exército vermelho ao exército branco²⁰, segue-se a quatro anos de desgaste e destruição de guerra

¹⁹ “In einer höheren Phase der kommunistischen Gesellschaft, nachdem die knechtende Unterordnung der Individuen unter die Teilung der Arbeit, damit auch der Gegensatz geistiger und körperlicher Arbeit verschwunden ist; nachdem die Arbeit nicht nur Mittel zum Leben, sondern selbst das erste Lebensbedürfnis geworden; nachdem mit der allseitigen Entwicklung der Individuen auch ihre Produktivkräfte gewachsen und alle Springquellen des genossenschaftlichen Reichtums voller fließen - erst dann kann der enge bürgerliche Rechtshorizont ganz überschritten werden und die Gesellschaft auf ihre Fahne schreiben: Jeder nach seinen Fähigkeiten, jedem nach seinen Bedürfnissen!”

²⁰ O exército vermelho fora organizado pelos bolcheviques, ao qual ocasionalmente se juntaram indivíduos do movimento anarquista; o exército branco reunia apoiantes e ex-

internacional – a I Guerra Mundial (1914-8). Esta guerra deflagrara sob o pretexto do assassinato na Sérvia do arquiduque Franz Ferdinand (1863-1914), herdeiro do Império Austro-Húngaro. Todavia, de facto, a guerra opôs dois blocos político-militares (a Tríplice Entente e a Tríplice Aliança) que ostentavam os mesmos desejos: dominar o mercado mundial.

Mais uma vez, as causas da guerra provocariam controvérsia. Mas não foi por acaso que esta guerra adquiriu o epíteto de “guerra imperialista”, pois opunha dois blocos imperialistas no sentido que Lénine definiu em *Imperialismo, fase superior do capitalismo (Империализм как высшая стадия капитализма)*²¹. As nações capitalistas atingiam a fase mais elevada do seu modo de produção – a fase monopolista do capital –, o capital industrial fundia-se com o financeiro e a promiscuidade entre o poder económico e o poder político tornava-se cada vez mais dominante.

A I Guerra Mundial encaminhou-se para o seu fim a partir da Revolução de Outubro na Rússia, a 24 de outubro de 1917 (7 de novembro do calendário gregoriano). Depois da deposição do tsar Nikolái II (1868-1918) em fevereiro desse ano, e com a definitiva subida ao poder dos bolcheviques (fação maioritária do Partido Operário Social-Democrata Russo, POSDR), a Rússia deixava de participar na guerra. Este acontecimento revolucionário chamava a atenção das outras burguesias para a possibilidade que o aprofundamento da guerra suscitava: conduzir a desfechos semelhantes aos do Império Russo²².

Pode-se dizer que a Guerra Civil Americana culminava um conflito entre dois sistemas que dividiram, nas décadas anteriores, dois territórios dos Estados Unidos; a Guerra Civil Francesa sucedia-se a uma guerra entre dois estados rivais (entre duas burguesias rivais) e agudizava a questão do conflito entre a burguesia local e o proletariado local em França, atingindo o apogeu no confronto bélico entre ambos; e, agora, a Guerra Civil Russa, seguindo-se às contradições entre blocos imperialistas internacionais, culminaria na derrota de uma das burguesias mais conservadoras da época.

Quanto ao nosso entendimento, a reflexão de Lénine, destaca-se pela análise: 1) do que pode ser entendido por guerra civil; 2) das “lições” da

apoiantes do tsar, republicanos liberais e era apoiado pelas principais nações capitalistas (França, Reino Unido, Estados Unidos, entre outras de menor dimensão).

²¹ Vejamos uma breve descrição: “O imperialismo é o capitalismo na fase de desenvolvimento em que ganhou corpo a dominação dos monopólios e do capital financeiro, adquiriu marcada importância a exportação de capitais, começou a partilha do mundo pelos *trusts* internacionais e terminou a partilha de toda a terra entre os países capitalistas mais importantes.” (LÉNINE, 1984b [1917], p. 368, *grifo do autor*) Como não possuímos suficiente conhecimento de russo, utilizaremos as traduções das Edições Avante! e da *V. I. Lenin collected works*.

²² O medo não era infundado, uma vez que a Revolução suscitou imediata simpatia nos trabalhadores das outras nações; seguiu-se um amplo movimento grevista na Europa contra a guerra e a carestia de vida, bem como diversas situações insurrecionais.

Comuna de Paris; e 3) tendo em consideração os itens anteriores, da questão de uma “transição real” e da sua “maturidade”.

O primeiro ponto – *o que pode ser entendido por guerra civil* – remete-nos ainda para as reflexões de Marx e Engels que já apresentavam a luta de classes como uma guerra entre duas classes, o que em cada nação, apesar do caráter internacional da luta de classes, assumia os contornos de uma guerra civil, mesmo que nem sempre com perfil diretamente belicista²³. Quer dizer, remete para o confronto entre duas classes distintas com vista a melhorar as condições de vida no caso de uma (expropriada) e a manter os privilégios no caso de outra (expropriadora).

O tipo de guerra civil que a luta de classes podia apresentar era, assim, primeiramente distinto de uma guerra civil que opusesse literalmente de armas na mão dois setores nacionais. Mas, como Lénine veio assinalar, uma guerra civil saída da luta de classes encontraria nas armas a sua mais intensa expressão (cf. LÉNINE, 1965 [1921], p. 456). Uma guerra civil como esta, corolário violento da luta de classes, teria como apanágio a revolução proletária.

Uma guerra civil que se apresentasse como momento de rutura da luta de classes também se apresentava como continuação da política seguida até então, tal como uma guerra civil que opusesse duas fações da classe dominante com vista a tomar o poder. O que de facto as diferenciava era, no primeiro caso, a guerra apresentar-se como continuação da política revolucionária de um lado, e reacionária, do outro; e, no segundo caso, a guerra apresentar-se como continuação da política de poder de duas fações da classe dominante.

O mesmo – a continuação da política na guerra – aplicava-se, de acordo com Lénine, a uma guerra de maiores dimensões, entre duas nações ou várias nações. Foi o que o revolucionário russo afirmou da I Guerra Mundial: continuação bélica das políticas imperialistas de saque internacional. Segundo o autor, um marxista não deve olhar para uma guerra como algo de anormal, saído do nada ou desmoralizador (cf. LÉNINE, 1972 [1906], p. 219).

Neste sentido, a continuação da política revolucionária, dadas as circunstâncias beligerantes de então, levou a que a palavra de ordem mais divulgada por Lénine e pelos seus companheiros durante a I Guerra Mundial tivesse sido a da transformação da guerra imperialista em guerra civil em cada uma das nações envolvidas (por exemplo, cf. LÉNINE, 1964

²³ Aproveitemos o passo para traduzir a epígrafe do presente artigo: “Ao descrever as fases mais gerais do desenvolvimento do proletariado, seguimos de perto a *guerra civil* (*Bürgerkrieg*) mais ou menos oculta que lavra na sociedade atual até ao ponto em que rebenta numa revolução aberta e o proletariado, pelo derrube violento da burguesia, funda o seu domínio.” (MARX; ENGELS, 1978b [1848], p. 473, *grifo nosso*)

[1915], pp. 160-1). Ao invés de o proletariado disputar a guerra das burguesias nacionais, devia disputar a sua própria guerra, “rebentar uma revolução aberta”, pela emancipação da sua classe.

Confirmava-se a tese de Marx e Engels: a luta de classes assume-se internacional na medida em que as relações entre burgueses e entre proletários das diferentes nações se interligam, contudo, o seu confronto imediato é nacional; o proletariado encontra imediatamente à sua frente a burguesia da sua nação.

O que este primeiro ponto mais releva é a questão do conteúdo de uma guerra, no caso aqui apresentado, com maior incidência, o conteúdo de uma guerra civil: se uma guerra deflagra com vista à tomada de poder de outra facção da classe dominante ou se se trata de um levantamento da classe dominada. No seguimento de Lénine, uma guerra civil que obedeça a este último exemplo é a única que apresenta um conteúdo legítimo (cf. LÉNINE, 1984c [1915], p. 229). Esta questão do conteúdo é aqui tão relevante como para a ditadura do proletariado²⁴.

Para o presente efeito, interessa agora a análise de Marx e Engels em torno das causas da derrota da Comuna, da derrota (apesar da legitimidade do empreendimento) da classe trabalhadora numa guerra civil aberta contra a classe expropriadora, como elemento de aprendizagem dos revolucionários russos.

Este é o segundo ponto – as “lições da Comuna” – e nele se destaca, entre outras fontes, o que foi avançado no Congresso de Haia acerca desta. Neste congresso, apontaram-se como principais causas da derrota dos *communards*: a falta de um partido próprio da classe trabalhadora firme na defesa da teoria da luta de classes; a heterogeneidade da composição da Comuna; a ausência de uma aliança combativa entre a classe operária e o campesinato; e o isolamento de Paris em consequência do bloqueio dos versalheses e prussianos.

Se confrontarmos a conduta dos bolcheviques na Guerra Civil Russa, cremos, podem-se encontrar sempre presentes estas questões.

Os bolcheviques, liderados por Lénine, entre outros, assumiram-se como vanguarda, como partido político, da classe trabalhadora russa. Como tal conferiram um sentido comum à luta do proletariado, sempre apoiados

²⁴ Para o aprofundamento desta questão em sentido leninista será relevante ter em conta a crítica desferida por Lénine a Karl Kautsky (1854-1938) a propósito da obra *Die Diktatur des Proletariats* (1918). Na sua crítica – em *A revolução proletária e o renegado Kautsky* (*Пролетарская революция и ренегат Каутский*) – Lénine chama a atenção para os preconceitos burgueses que muitas vezes estão por detrás do entendimento do que é uma ditadura e uma democracia. Segundo o russo, nem um nem outro podem ser analisados “no geral”, abstratamente, antes, deve-se atender ao conteúdo real de classe para se compreender corretamente do que trata a ditadura e a democracia (cf. LÉNINE, 1986 [1918], *passim*).

na teoria da luta de classes – na concepção de que na sociedade existem dois interesses antagônicos fundamentais, o da classe exploradora e o da classe explorada, competindo aos trabalhadores superar a causa deste antagonismo²⁵.

Os bolcheviques procuraram combater as cisões dentro do movimento socialista russo, e é bom ter presente que existiam diversas fações socialistas no movimento dos trabalhadores russo (não era diferente da restante realidade internacional, confira-se a contenda interna da II Internacional, 1889-1916).

Os bolcheviques, desde o primeiro momento, procuraram cimentar a unidade entre os operários e o campesinato russo; as causas de uns seriam as causas de todos, a vitória de um não podia ser alcançada sem o outro, deixando pouco espaço para uma oposição entre a cidade e o campo, entre a fábrica e a terra. De facto, a “questão agrária” foi determinante.

Os bolcheviques combateram o isolamento de Moscovo e São Petersburgo, entre outras cidades decisivas para o desfecho da guerra, caso contrário, num país imenso como a Rússia, o resultado poderia ter sido muito pior do que no caso da Paris revolucionária de 1871.

Lénine também chamava a atenção, num texto publicado na *Zagranichnaya Gazeta*, a 23 de março de 1908, a propósito do que considerava serem as “lições da Comuna”, para os dois principais erros desta, igualmente apontados por Marx e Engels. Os erros diziam respeito à paragem a meio do caminho no que concerne à “expropriação dos expropriadores” – o exemplo que é dado é o de os *communards* terem ficado parados à porta do Banco de França –; e o de magnanimamente terem deixado fugir os versalheses em vez de os derrotarem implacavelmente (cf. LÉNINE, 1978 [1908], p. 476).

Por causa do primeiro erro, os revolucionários parisienses ficaram impossibilitados de ir mais longe na concretização das suas decisões económicas e de usar uma moeda de troca potencialmente decisiva contra a burguesia; e, por causa do segundo erro, assim que os versalheses se recompuseram, atacaram, o resto é história.

Sobre isso, os bolcheviques responderam, pode-se dizer, desta maneira: “lição aprendida!”. Certo é que a expropriação dos expropriadores foi até ao fim (exemplo dos decretos aprovados e sua subsequente defesa) e a Guerra Civil Russa prova à saciedade que os revolucionários russos não

²⁵ A insurreição russa de 1905, apenas sete anos após a fundação do POSDR, tinha servido para confirmar a importância destas teses, como de resto se pode encontrar escrito por Lénine já em 1904 na seguinte passagem: “Nós somos um partido de classe, e é por isso que *quase toda a classe* (e em tempo de guerra, num período de guerra civil, absolutamente toda a classe) deve agir sob a direção do nosso partido, deve ter com o nosso partido a ligação mais estreita possível.” (LÉNINE, 1981 [1904], p. 256)

estavam dispostos a deixar que o exército branco alguma vez se recompusesse. (Como dissemos, não cabe o escrutínio de outras repercussões, por exemplo, da NEP.)

Se atendermos à palavra de ordem que apelava à transformação, em cada nação envolvida na I Guerra Mundial, da guerra imperialista em guerra civil, também vamos encontrar mais uma das lições retiradas da Comuna.

A Comuna chegou a refletir os preconceitos nacionalistas, ou melhor, “ilusões patrióticas”, herdadas da Revolução Francesa (1789). Nos anos que se seguiram, os franceses tinham a reação europeia unida contra eles e conjunturalmente podia fazer sentido unirem-se as diversas classes em França. Mas, depois, com a agudização da luta de classes, e com uma guerra que opunha duas burguesias reacionárias (francesa e alemã), que veio a deixar a burguesia parisiense (e não apenas) em frente ao seu proletariado, deixava de fazer sentido qualquer cedência daquele tipo. Os *communards* nem sempre o souberam evitar, algumas vezes viam os alemães como os principais inimigos (cf. LÉNINE, 1978 [1908], p. 475).

Por seu turno, os bolcheviques nunca colocaram a hipótese, como outros o fizeram (e foram por isso apelidados de “social-chauvinistas”), de apoiar, durante a I Guerra Mundial, o governo russo contra as outras nações. Para os revolucionários russos, além de uma guerra sacrificar soldados e civis, o proletariado de uma maneira geral, a derrota da Rússia significaria o enfraquecimento da sua aristocracia e burguesia e uma oportunidade para o proletariado poder disputar com outra força e consciência a guerra civil contra a classe dominante (cf. LÉNINE, 1964 [1915], p. 163).

O escrutínio destas “lições” não pretende dar a entender que bastava analisar, com maior acuidade, o que correu mal noutra experiência histórica e, assim, na próxima tentativa vencer com toda a certeza. Era, pois, preciso nas circunstâncias reais e concretas de cada nação, procurar trilhar caminho conscientes dos erros alheios e do percurso que tinham pela frente – aliás, a experiência russa já conhecera desenvolvimentos decisivos em 1905. Isto é, havia de se progredir firme, sempre tendo em consideração a situação particular da sua nação e as lições da luta da classe trabalhadora. O estudo e a consideração de outras experiências históricas (ontem, como hoje) são uma arma revolucionária.

Eis-nos chegados ao terceiro ponto – a “*transição real*” e a sua “*maturidade*”. A transição de um modo de produção para outro é sempre real, não é isso que está em causa; o que está em causa é a questão de esta Revolução, ao contrário das tentativas anteriores, ter saído vitoriosa. Aqui é assinalado como “real” a questão do “socialismo real”, não necessariamente com o cunho que veio a adquirir posteriormente, mas realmente da

transição do capitalismo ao socialismo, ainda não desenvolvida, até tal ponto, em nenhuma nação.

Se o capitalismo surgiu na Europa Ocidental a partir das próprias condições criadas pelo desenvolvimento do feudalismo, e assim limitou o próprio feudalismo, como veio a limitar a escravatura moderna, agora o socialismo viria limitar o capitalismo, bem como outras expressões ultrapassadas. Assim se cria, visto que para aquela vasta nação (Rússia) as “leis” do mercado capitalista já não se poderiam expandir (malgrado os desenvolvimentos do final do século XX²⁶).

De facto, a Guerra Civil Russa viria pôr termo ao poder da classe dominante russa e instaurar o primeiro governo nacional da classe trabalhadora. Veio ainda confirmar a questão da ditadura do proletariado como momento-chave para a transição do capitalismo para o socialismo²⁷.

Reiteramos: não pode ser descurada a questão científica em torno do conceito de “ditadura” – o poder de uma classe sobre outra é sempre (para um marxista) uma ditadura, agora tratava-se de pôr fim à ditadura da burguesia por via da ditadura do proletariado. Isto não significava colocar simplesmente outra classe no controlo do estado, como analisado anteriormente, senão transformar o poder vigente.

Outrossim, não se pode descurar a questão da violência que uma ditadura pode infligir, por exemplo, a violência da ditadura do proletariado será tanto maior quanto maior for a resistência da reação. Vejamos, uma transição pode ser, em última instância, pacífica, mas apenas se a reação, se a classe dominante, oferecer pouca resistência no momento da transição. Atente-se que a violência da ditadura da burguesia também oscila conforme a resistência que o proletariado oferece aos seus exploradores (a Comuna terá servido de exemplo e convida-se igualmente a uma reflexão em torno do enquadramento histórico do nazi-fascismo, para ficarmos somente por aqui).

Para tudo isto Lênine chamou a atenção. A experiência de ditadura do proletariado russa valia para as condições particulares da Rússia. Não significava que as “leis” próprias do modo de produção em causa nada valiam, antes, significava que estas se movimentam de diversas maneiras em diversos países (ainda que interconectadas e/ou subdesenvolvidas). É certo que algo da sua experiência, e de outras, vale para uma nova que surja, contanto se tenha sempre em conta que nem tudo o que valeu para os

²⁶ Desenvolvimentos que encontram a sua melhor compreensão à luz da própria concepção marxista, ao contrário do que diversos detratores desta têm admitido; mas teremos de relegar esta discussão para posteriores oportunidades.

²⁷ Recordar-se: não faz parte dos objetivos do presente artigo analisar a história da União Soviética (1922-91), os seus defeitos e as suas virtudes. Portanto, não compete aqui exercer qualquer crítica sobre o tipo de ditadura do proletariado praticada naquelas repúblicas, nos seus diversos períodos.

bolcheviques vale para outras experiências revolucionárias (malgrado alguns “decalques” posteriores).

Um dos fatores mais relevantes a retirar deste momento, de rutura real do socialismo com o capitalismo, porventura seja a questão que remete para a “maturidade” socioeconómica ou falta dela no quadro geral de uma nação.

Lénine rebateu todos aqueles que procuraram afirmar a imaturidade económica da sociedade russa – ainda estava muita próxima ao feudalismo, era essencialmente rural, o capitalismo ali não se encontrava suficientemente desenvolvido – como condição que impossibilitava o prosseguimento com sucesso da revolução proletária (por exemplo, cf. LÉNINE, 1986 [1918], pp. 38-9).

Algumas das consequências imediatas de uma análise como a rebatida pelo russo seriam o protelar da revolução (indefinidamente), ficar à espera de alguma espontaneidade das massas (logo que as condições estivessem prontas punham-se em marcha), aceitar a reforma do capitalismo, entre outras.

Ora, se se exige ao proletariado a ação prática revolucionária e se as condições objetivas de rutura, de uma saturação do sistema (nas suas particularidades nacionais), estavam suficientemente preparadas, então, ao proletariado pouco mais restava senão a revolução.

É claro que tudo isto deve ter em conta as condições subjetivas, pois de nada servirá se a generalidade do proletariado não estiver consciente da sua própria ação e das suas possibilidades. Por sua vez, a ação revolucionária deve ela mesma acelerar as condições objetivas, bem como as subjetivas, e não ficar à espera “eternamente” da sua melhor conjugação. Lénine apelava a uma compreensão dialética da questão e resumia-o da seguinte maneira:

O movimento é, por sua vez, considerado não só do ponto de vista do passado, mas também do ponto de vista do futuro, e não segundo a conceção vulgar dos “evolucionistas”, que só veem lentas transformações, mas de forma dialética: “Nos grandes processos históricos, 20 anos equivalem a um dia”, escrevia Marx a Engels, “ainda que em seguida possam apresentar-se dias que concentram em si 20 anos”. Em cada grau do seu desenvolvimento, em cada momento, a tática do proletariado deve ter em conta esta dialética objetivamente inevitável da história da humanidade: por um lado, utilizando as épocas de estagnação política, ou da chamada evolução “pacífica”, que caminha a passos de tartaruga, para desenvolver a consciência, a força e a capacidade de luta da classe de vanguarda; por outro, orientando todo este trabalho de utilização para o “objetivo final” dessa classe, tornando-a capaz de resolver praticamente as grandes tarefas ao chegarem os grandes dias “que concentram em si 20 anos”. (LÉNINE, 1984a [1914], p. 204)

Lénine não rebatia a tese de que a Rússia se apresentava como exemplo de imaturidade económica no que concerne ao desenvolvimento particular do capitalismo. Lénine rebatia, em rigor, que essa condição impossibilitava uma ação revolucionária vitoriosa²⁸. Não se deve deixar de parte a questão de que na esteira marxista um país “imaturo” não é mais do que um país onde ainda sobrevivem relações anteriores a um modo de produção alegadamente mais avançado.

Fiel à dialética marxista, o revolucionário russo entendia que durante a “evolução que caminha a passos de tartaruga” (caráter gradual) o proletariado (apoiado no seu partido de classe) devia preparar as condições para a revolução, que dialeticamente gerariam a “diferença qualitativa”, a rutura, a transição (real), necessária na sociedade (sem despeito para o desenvolvimento particular do modo de produção em causa, porém, atendendo à possibilidade de se saltarem etapas). O mal estaria em ver a revolução “ao virar de cada esquina” da história, e no seu inverso, a revolução como “eternamente adiada” (cf. LÉNINE, 1984a [1914], pp. 206-7).

§ 5. Conclusão: nos 100 anos da Revolução Russa

Com vista a concluir o presente artigo, que teve como mote o centenário da Revolução Russa, recuperamos uma última vez os principais fatores de cada um dos tópicos. Assim, como anunciado, esperamos dar conta uma última vez, ainda que sucintamente, dos traços gerais da reflexão marxista acerca do processo histórico das sociedades humanas. Esperamos, igualmente, confirmar a transversalidade dos pontos aqui abordados.

²⁸ Para a questão russa, seria interessante analisar e comparar, com a realidade russa e a ação dos seus revolucionários, o prefácio de Marx e Engels à edição russa do *Manifest*, a carta de Marx ao editor da revista russa *Otiechéstvennie Zapiski* e a troca de correspondência (e os seus esboços) entre Marx e Vera Zaslitch (1849-1919). Uma vez que nestes escritos se clarifica (embora entendamos que se reafirma, ao contrário do que outros autores têm defendido) a ideia de que Marx quando falava de transição para o socialismo não queria significar que esta seria igual em todas as nações, de que estas teriam de passar por exatamente as mesmas etapas e ainda menos de que a sua teoria se tratava de uma teoria histórico-filosófica geral (*théorie histórico-philosophique générale*) cuja suprema virtude consistia em ser suprahistórica (*suprahistorique*). As mesmas “leis” apenas se aplicavam no caso de uma nação entrar num determinado desenvolvimento produtivo semelhante a outras nações, ou seja, não era possível passar pelo capitalismo sem sofrer dos seus males, mas se podia chegar ao capitalismo sem passar necessariamente pelo feudalismo e podia-se chegar ao socialismo sem passar necessariamente pelo capitalismo, tudo dependia do desenvolvimento do mercado internacional e da sua conjugação com as realidades nacionais. Não acontece por acaso, nem é contraditório: Marx aceitava que a Rússia poderia ter a sua revolução, precisamente ao desenvolver as suas próprias condições históricas (*ses propres données historiques*) (cf. MARX; ENGELS, 1978c [1882], pp. 575-6; MARX, 1985a [1877], pp. 112-7; 1985b [1881], pp. 217-42).

A partir da Guerra Civil Americana procurámos destacar o carácter histórico e transitório de cada modo de produção. Não que não sobejassem exemplos, nomeadamente, da passagem (do conflito) do feudalismo para o capitalismo, ainda tão fresco, mas porque em menor espaço de tempo esta guerra confirmou a historicidade e transitoriedade de um modo de produção do viver humano. Coincidentemente, aconteceu durante o período de vida de Marx e Engels, que sobre ela puderam refletir em primeira mão²⁹.

Desta maneira, a partir do carácter histórico e transitório do modo de produção escravocrata moderno, tendo em conta as suas tendências e contradições, parece ser possível estabelecer uma analogia com aquilo que os dois revolucionários alemães expunham acerca de uma transição no geral, mas do capitalismo em particular³⁰.

A partir da Guerra Civil Francesa, mais propriamente por via do que ficou conhecido como Comuna de Paris, procurámos destacar precisamente a “inauguração” de uma nova transição, agora do capitalismo para o socialismo (não tão célere como Marx e Engels entendiam na sua juventude). A questão de que uma conciliação entre o proletariado e a burguesia apenas poderia ter lugar sob a subjugação daquele, ou seja, a predominância da luta de classes.

Desta maneira, a partir da inauguração de uma nova fase da história mundial, parece que algumas das teses fundamentais da conceção materialista da história encontraram o conteúdo (historicamente provisório) que lhes faltava, o caso da ditadura do proletariado, e a confirmação do seu acerto histórico (ainda que aparentemente limitado àquela experiência em particular).

²⁹ No presente artigo, muito se falou da transição do modo de produção escravocrata moderno para o capitalista, ou até do feudal para o capitalista, e do capitalista para o socialista, mas nem por isso se descure a importância que a análise do modo de produção asiático, e das suas transições, adquire no escopo da reflexão marxista, apenas não julgámos adequado aprofundá-lo aqui.

³⁰ Aliás, Marx aborda, precisamente, a propósito do carácter histórico e transitório das formas da produção, o modo de produção capitalista. Numa das suas críticas a Pierre-Joseph Proudhon (1809-65) encontra-se a seguinte passagem: “A propriedade de outra época, a propriedade feudal, desenvolve-se numa série de relações sociais completamente diversas. Quando estabelece a propriedade como uma relação independente, o Sr. Proudhon comete algo mais do que um simples erro de método: demonstra claramente que não apreendeu o vínculo que liga todas as formas da produção *burguesa*, que não compreendeu o carácter *histórico* e *transitório* das formas da produção em uma determinada época.” - “La propriété d’une autre époque, la propriété féodale se développe dans une série de relations sociales entières différentes. M. Proudhon, en établissant la propriété comme une relation indépendante, commet plus qu’une faute de méthode: il prouve clairement qu’il n’a pas saisi le lien qui rattache toutes les formes de la production *bourgeoise*, qu’il n’a pas compris le caractère *historique* et *transitoire* des formes de la production dans une époque déterminée.” (MARX, 1977 [1846], p. 452, *grifos do autor*) Na obra que dedicou a criticar o francês – *Misère de la philosophie* – Marx vai desenvolver na sua “segunda observação” uma análise semelhante (cf. 1847, pp. 99-100).

A partir da Guerra Civil Russa, procurámos destacar a importância da ação prática revolucionária e da sua organização, pois sem estas dificilmente o proletariado pode criar circunstâncias revolucionariamente favoráveis, arriscando a ficar condenado à “velocidade de tartaruga” até que alguma vez possa sair vitorioso. Por conseguinte, a questão da maturidade socioeconómica não pesava tanto quanto alguns teóricos assinalavam: dada a existência mundializada do capitalismo (na época que estudamos, concentrada num menor número de nações), as condições gerais deste modo de produção já se ramificavam por todo o lado, mesmo que insuficientemente desenvolvidas ou apenas como exemplo distante.

Desta maneira, importava reter o sentido dialético da questão e dos avanços quantitativos (o espaço, assim deixado, a um gradualismo no progresso) que podem dar lugar a qualquer altura (não espontânea, nem casualmente) a uma “diferença qualitativa”, a uma rutura, a um processo de “transição real”³¹.

Com isto pretende-se confirmar a importância das particularidades de cada nação. Destacou-se que há momentos em que as nações podem “saltar” (diferença qualitativa) etapas, e que cada nação (não se esqueça de que as nações estão cada vez mais interdependentes) encontrará o seu caminho para o socialismo a partir da fase em que as contradições do capitalismo mais se agudizarem e provocarem uma rutura social insanável entre as forças produtivas e as relações de produção local, não obstante a incidência internacional. Para tudo isto, é preciso que o proletariado aja com propósito, nacional e internacionalmente.

É, portanto, preciso um constante e aprofundado estudo sobre o desenvolvimento do sistema e de uma enorme diversidade de variáveis, quer nacionais como internacionais. Parece ser esse o sentido que os traços gerais da reflexão marxista acerca do processo histórico das sociedades humanas (aqui sucintamente abordados) apontam. É caso para recordar o final da carta de Marx a Engels que Lénine citava³²:

³¹ Neste sentido, Lénine também rebatia, por exemplo, aqueles que pretendiam conferir à questão da transição um sentido exclusivamente gradualista (evolucionista): “O eclético não quer afirmações ‘demasiado absolutas’, para introduzir o seu desejo pequeno-burguês e filisteu de substituir a revolução pelos ‘*graus transitórios*’. Que o grau transitório entre o estado, órgão de dominação da classe dos capitalistas, e o estado, órgão de dominação do proletariado, é precisamente a *revolução*, que consiste em derrubar a burguesia e *quebrar*, destruir a *sua* máquina de estado, sobre isto os Kautsky e os [Émile] Vandervelde [1866-1938] nada dizem. Que a ditadura da burguesia deve ser substituída pela ditadura de *uma* classe, do proletariado, que aos ‘graus transitórios’ da *revolução* se seguirão os ‘graus transitórios’ da extinção gradual do estado proletário, os Kautsky e os Vandervelde esbatem isto.” (LÉNINE, 1986 [1918], pp. 91-2, *grifos do autor*) A propósito, a transição para uma sociedade sem classes implica a própria extinção da ditadura do proletariado, mas tal não sucederá por um processo meramente evolutivo.

³² Tenha-se em conta que o revolucionário russo apropriou-se da passagem num determinado contexto que não cabe aqui desenvolver, mas assinala-se o que logo a seguir

Ainda não se sabe quanto tempo irá demorar para que os trabalhadores ingleses deem fora o que parece ser um contágio burguês (*Bourgeoisanstekung*). No que diz respeito às principais teses de teu livro [*Die Lage der Arbeitenden Klasse in England*, 1845], elas foram corroboradas, até ao último detalhe, pelos desenvolvimentos posteriores a 1844, pois voltei a comparar o livro com as notas que escrevi naquele período. Apenas os pequenos companheiros alemães (*die kleinen deutschen Spießgesellen*), que medem a história do mundo pelo côvado e por aquilo que pensam ser “notícias interessantes” (*interessanten Zeitungsnachricht*), poderiam considerar que nos grandes processos históricos 20 anos equivalem a um dia, ainda que em seguida possam apresentar-se dias que concentram em si 20 anos. Rer o teu trabalho tornou-me infelizmente consciente das mudanças causadas pela idade. Com que entusiasmo e paixão, que ousadia de visão e ausência de todas as reservas científicas ou eruditas, o assunto ainda foi atacado nestas páginas! E então, a própria ilusão de que, amanhã ou no dia seguinte, o resultado realmente nascerá à medida que a história empresta à coisa todo o calor, vitalidade e humor com os quais os contrastes tardios de “cinza sobre cinza” condenam desfavoravelmente. (MARX, 2013 [1863], p. 357³³)

Em suma, à classe trabalhadora compete preparar e estar preparada (entre outras coisas, cientificamente) para “a guerra civil mais ou menos oculta que lavra na sociedade atual”, mais propriamente, para os “dias que nesta concentram em si 20 anos”, para as ruturas históricas, uma vez que estas não acontecem independentemente da sua ação, nem se encontram simplesmente “amanhã ou no dia seguinte”. A transição, aqui abordada, apela à “paciência revolucionária” (entenda-se, não em demasia).

à longa passagem já por nós citada, Lénine referiu: “Duas considerações de Marx interessam particularmente a este respeito. Uma na *Miséria da filosofia*, refere-se à luta económica e às organizações económicas do proletariado; a outra, no *Manifesto do Partido Comunista*, é relativa às tarefas políticas do proletariado.” (LÉNINE, 1984a [1914], p. 204)
³³ “Wie bald die engl. Arbeiter von ihrer scheinbaren Bourgeoisanstekung sich befreien, muß man abwarten. Im übrigen, was die Hauptgeschieden in Deinem Buch betrifft, sind sie bis ins Kleinste durch die spätere Entwicklung seit ‘44 bestätigt worden. Ich habe das Buch nämlich selbst wieder mit meinen Notizen über die Nachzeit verglichen. Nur die kleinen deutschen Spießgesellen, die die Weltgeschichte an der Elle u. der jedesmals „interessanten Zeitungsnachricht“ messen, können sich einbilden, daß in dergleichen grossen Entwicklungen 20 Jahre mehr als ein Tag sind, obgleich nachher wieder Tage kommen können, worin sich 20 J. zusammenfassen. Das Wiederlesen Deiner Schrift hat mich mit Bedauern das Altern merken lassen. Wie frisch, leidenschaftlich, kühn vorausgreifend u. ohne gelehrte u. wissenschaftliche Bedenken wird hier noch die Sache gefaßt! Und die Illusion selbst, daß Morgen od. Uebermorgen, das Resultat auch geschichtlich ans Tageslicht springen wird, giebt dem Ganzen eine Wärme u. lebenslustigen Humor – wogegen das spätere „Grau in Grau“ verdammt unangenehm absticht.”

Referências bibliográficas

ENGELS, F. “Einleitung zu ‘Der Bürgerkrieg in Frankreich’ von Karl Marx (Ausgabe 1891)”. In: *Marx-Engels Werke* v. XXII. Berlim: Dietz Verlag, 1972, pp. 188-99.

LÉNINE, V. “The Conference of the RSDLP Groups Abroad” [1915]. In: *V. I. Lenin collected works* v. XXI. Londres/Moscú: Lawrence & Wishart/Progress Publishers, 1964, pp. 158-64.

_____. “Third Congress of the Communist International” [1921]. In: *V. I. Lenin collected works* v. XXXII. Londres/Moscú: Lawrence & Wishart/Progress Publishers, 1965, pp. 451-61.

_____. “Guerrilla Warfare” [1906]. In: *V. I. Lenin collected works* v. XI. Londres/Moscú: Lawrence & Wishart/Progress Publishers, 1972, pp. 213-23.

_____. “Lessons of the Commune” [1908]. In: *V. I. Lenin collected works* v. XIII. Londres/Moscú: Lawrence & Wishart/Progress Publishers, 1978, pp. 475-8.

_____. “Um passo em frente, dois passos atrás (A crise no nosso partido)” [1904]. In: LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em 3 tomos* v. I. Lisboa-Moscú: Edições Avante!/Edições Progresso, 1981, pp. 215-376.

_____. “Karl Marx” [1914]. In: LÉNINE, V. I. *Obras escolhidas em 6 tomos* v. II. Lisboa/Moscú: Edições Avante!/Edições Progresso, 1984a, pp. 177-207.

_____. “O imperialismo, fase superior do capitalismo (Ensaio popular)” [1917]. In: *Obras escolhidas em 6 tomos* v. II. Lisboa/Moscú: Edições Avante!/Edições Progresso, 1984b, pp. 291-404.

_____. “O socialismo e a guerra” [1915]. In: *Obras escolhidas em 6 tomos* v. II. Lisboa/Moscú: Edições Avante!/Edições Progresso, 1984c, pp. 227-67.

_____. “A revolução proletária e o renegado Kautsky” [1918]. In: *Obras escolhidas em 6 tomos* v. IV. Lisboa/Moscú: Edições Avante!/Edições Progresso, 1986, pp. 10-93.

MARX, K. *Misère de la Philosophie*. Réponse à la *Philosophie de la misère* de M. Proudhon. Paris/Bruxelas: A. Frank/C. G. Vogler, 1847.

_____. “Der achtzehnte Brumaire des Louis Bonaparte” [1852]. In: *Marx-Engels Werke* v. VIII. Berlim: Dietz Verlag, 1960, pp. 111-207.

- _____. “Zur Kritik der Politischen Ökonomie” [1859]. In: *Marx-Engels Werke* v. XIII. Berlin: Dietz Verlag, 1961, pp. 3-160.
- _____. “Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie” [1867]. In: *Marx-Engels Werke* v. XXIII. Berlin: Dietz Verlag, 1962.
- _____. “Brief an Joseph Weydemeyer in New York. 5. März 1852”. In: *Marx-Engels Werke* v. XXVIII. Berlin: Dietz Verlag, 1963, pp. 503-9.
- _____. “Das Kapital: Kritik der politischen Ökonomie” [1867]. In: *Marx-Engels Werke* v. XXV. Berlin: Dietz Verlag, 1964.
- _____. “Brief an Ferdinand Domela Nieuwenhuis in Den Haag. 22. Februar 1881”. In: *Marx-Engels Werke* v. XXXV. Berlin: Dietz Verlag, 1967, pp. 159-61.
- _____. “Brief an Engels in Manchester, 11. Januar 1860”. In: *Marx-Engels Werke* v. XXX. Berlin: Dietz Verlag, 1974, pp. 5-7.
- _____. “Lettre à Annenkov le 28 décembre 1846”. In: BADIA, Gilbert; MORTIER, Jean (Ed.). *Marx-Engels, correspondance* t. I. Novembre 1835-Décembre 1848. Paris: Editions Sociales, 1977, pp. 446-59.
- _____. “Der Bürgerkrieg in den Vereinigten Staaten” [1861]. In: *Marx-Engels Werke* v. XV. Berlin: Dietz Verlag, 1980a, pp. 339-47.
- _____. “Der nordamerikanische Bürgerkrieg” [1861]. In: *Marx-Engels Werke* v. XV. Berlin: Dietz Verlag, 1980b, pp. 329-38.
- _____. “The civil war in France” [1871]. In: MARX-ENGELS. *On the Paris Commune*. 3. ed. Moscou: Progress Publishers, 1980c, pp. 48-101.
- _____. “The American question in England” [1861]. In: *Marx-Engels collected works* v. XIX. Londres/Nova York: Lawrence & Wishart/International Publishers, 1984, pp. 7-16.
- _____. “À la rédaction de l’*Otiechéstvennie Zapiski*” [1877]. In: *Marx-Engels-Gesamtausgabe* I, v. XXV. Berlin: Akademie Verlag GmbH, 1985a, pp. 112-7.
- _____. “Lettre à Vera Ivanovna Zassoulitch” [1881]. In: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, I, v. XXV. Berlin: Akademie Verlag GmbH, I, 1985b, pp. 217-42.
- _____. “Kritik des Gothaer Programms” [1875]. In: *Marx-Engels Werke* v. XIX. Berlin: Dietz Verlag, 1987, pp. 11-32.
- _____. “Brief an Engels in Manchester, 9. April 1863”. In: *Marx-Engels-Gesamtausgabe*, III, v. XII. Berlin: Akademie Verlag GmbH, 2013, pp. 355-7.

_____ ; ENGELS F. “Die deutsche Ideologie. Kritik der neuesten deutschen Philosophie in ihren Repräsentanten Feuerbach, B. Bauer und Stirner, und des deutschen Sozialismus in seinen verschiedenen Propheten” [1845-6]. *Marx-Engels Werke* v. III. Berlim: Dietz Verlag, 1978a, pp. 9-530.

_____. “Manifest der Kommunistischen Partei” [1848]. *Marx-Engels Werke* v. IV. Berlim: Dietz Verlag, 1978b, pp. 459-93

_____. Vorrede zur russischen Ausgabe von 1882. “Manifest der Kommunistischen Partei”. *Marx-Engels Werke* v. IV. Berlim: Dietz Verlag, 1978c, pp. 575-6.

Recebido: 29 de janeiro de 2017

Aprovado: 18 de agosto de 2017

Como citar:

ANTUNES, Paulo Fernando Rocha. Marx, Engels e Lénine: as guerras civis Americana, Francesa e Russa. *Verinotio – Revista on-line de Filosofia e Ciências Humanas*, Rio das Ostras, v. 23, n. 2, pp. 39-69, ano XII, nov./2017.